SEFIC2019
UNIVERSIDADE LA SALLE

Mobilidade Urbana, "Economia Compartilhada" e a necessária proteção dos usuários dos serviços da Uber no Brasil

Paola Gabriela Reguera Furtado
Universidade La Salle
Marcos Catalan
Universidade La Salle

Marcos Catalan (Orientador)

Tipo do trabalho
Comunicação oral e Pôster
Tema
Ciência Socialmente Aplicada - Direito e Sociedade
Palavras-chave
Economia compartilhada, Consumidor, Mobilidade urbana.

OBJETIVO

Dentre os objetivos desta pesquisa encontram-se: (a) decodificar o funcionamento da plataforma de acesso ao transporte conhecida como UBER, (b) refletir acerca das conexões possíveis entre a referida atividade e a legislação que afeta à mobilidade urbana no Brasil e (c) meditar acerca da existência (ou não) de relação de consumo atando usuários, executores e o gatekeeper.

MATERIAL

Manejou-se a pesquisa exploratória de natureza bibliográfica, utilizando-se a técnica da observação indireta através da análise de artigos científicos e de obras sobre o assunto. Com o propósito de que se comprove a hipótese central da existência da relação de consumo e a aplicabilidade da Lei 18.078/90, que institui o Código de Proteção e Defesa do Consumidor para a efetiva proteção dos beneficiários do serviço.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste na análise conceitual do que viria a ser esse novo modelo de negócio, a relação contratual pactuada entre as partes envolvidas, a fim de que se possa compreender qual o impacto no direito do consumidor diante da mobilidade urbana e os riscos em que os consumidores são expostos frente a contratação digital deste serviço, sendo a redação do presente trabalho baseada no método hipotético-dedutivo e argumentativo.

RESULTADOS

Tendo em vista que esta pesquisa se apresenta em estágio inicial, o que se busca refletir neste trabalho é em que medida essa inovação atinge o direito do consumidor, averiguando qual é o papel desempenhado por cada um dos atores desta rede contratual, tratando das origens da economia do compartilhamento e suas principais características, como também pensar até que ponto o direito do consumidor pode oferecer algum tipo de segurança nessas relações. Esta pesquisa visa responder o seguinte questionamento: cabe ao direito do consumidor

solucionar os problemas suportados pelas pessoas lesadas ao recorrerem a aplicativos que promovem a mobilidade urbana?

CONCLUSÃO

Com os avanços tecnológicos e as mudanças nas relações de consumo trazidas pela economia do compartilhamento, urge a necessidade de ponderar a respeito da posição legal e social do consumidor, que é elemento principal na relação jurídica de consumo, diante dos serviços de transporte de passageiros intermediados por aplicativos, assim como o impacto dessas novas relações nas políticas nacionais de mobilidade urbana.